

O ESTADO DE S. PAULO

GERAL

EDUCAÇÃO

Cresce parceria entre Estado e setor privado

Ensino vai passar por processo que o governo chama de "flexibilização"

PABLO PEREIRA

O ensino brasileiro caminha a passos largos na direção de um sistema no qual cada vez

mais haverá a participação do setor privado e menos do Estado. Depois de vender empresas dos setores bancário, de energia e de telefonia, o governo escolheu o último ano do mandato do presidente Fernando Henrique

Cardoso para mudar a educação pública. O setor, com cerca de 40 milhões de alunos, deve passar pelo processo que o governo chama de "flexibilização", e as entidades de classe de professores classificam de privatização.

A educação consome anualmente em torno de R\$ 29 bilhões, o equivalente a 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de 1995, segundo o Mi-

nistério da Educação (MEC). O processo de transferência do controle da estrutura educacional para fundações e organizações de direito privado deverá ser gradativo.

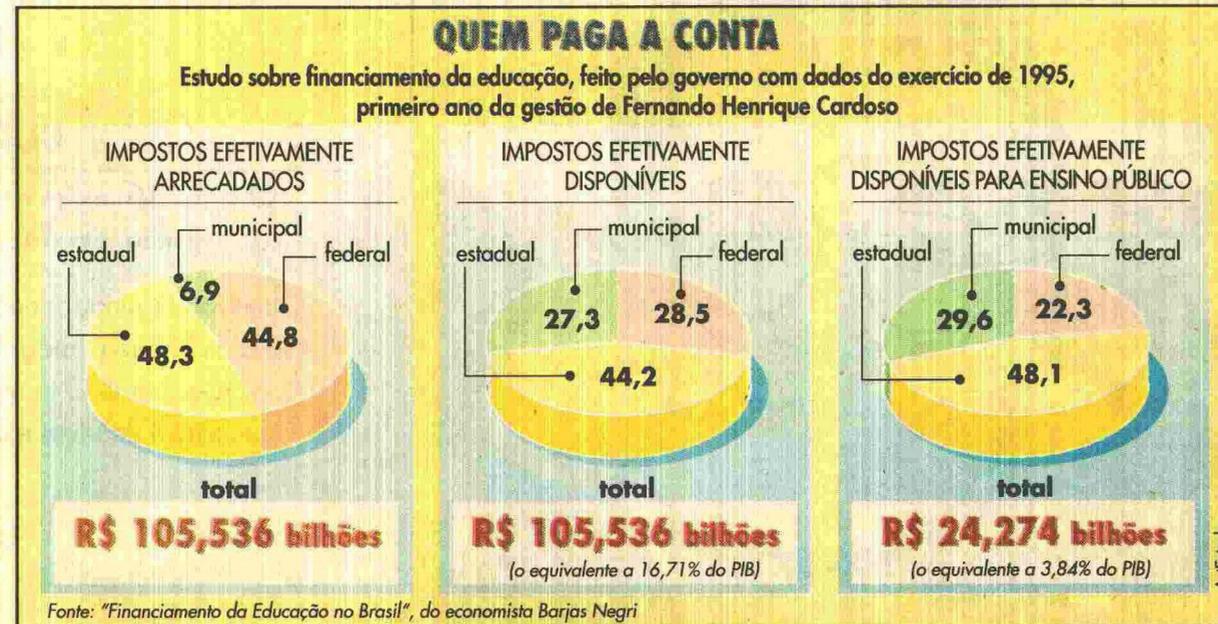
Em Tocantins, a Universidade Estadual já foi transformada em entidade de direito privado, seguindo uma tendência incentivada pelo Ministério da Reforma Administrativa (Marre). O Laboratório de Luz Síncro-

tron, de Campinas, que era ligado ao MEC, também foi repassado para uma organização social. A iniciativa chegou à Bahia com a Lei de Reestruturação das Universidades Estaduais. No Paraná, a mobilização foi sus-

pensada por pressão da comunidade acadêmica.

O novo sistema misto que deve surgir no País com a reforma do ensino segue as normas recomendadas pelo Banco Mundial (Bird) para países pobres. "Há que se incentivar a participação do setor privado no ensino", declarou ao **Estado** Patrício Millan, coordenador para programas sociais do Bird em Brasília.

MUDANÇA DA ESTRUTURA SERÁ GRADATIVA



Millan argumentou que a educação é um bem público e os benefícios não podem ser medidos como em outros setores, mas acrescentou que é necessário fortalecer alternativas de participação do setor privado, como a das fundações. "Deve haver um caráter público para atender à massa de excluídos", disse.

Seguindo as regras do Bird, instituição que financia projetos para o

desenvolvimento no Terceiro Mundo, o governo brasileiro aposta na municipalização do ensino de crianças de 7 a 14 anos como ponto de partida da reforma.

Em São Paulo, o a Secretaria Estadual de Educação desenvolve uma espécie de plano piloto, alterando a estrutura dos cursos de ensino fundamental e ensino médio, seguindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educa-

ção (LDB). Ginásio, primário, secundário, primeiro grau e segundo grau são expressões que devem ser abandonadas. Essas denominações serão substituídas por educação básica, dividida em educação infantil (0 a 6 anos), ensino fundamental (7 a 14 anos) e ensino médio (15 a 17 anos). O ensino fundamental será composto de primeiro e segundo ciclos. A educação infantil abrange

creches e pré-escolas. Mesmo no ensino municipalizado, a reforma inclui a integração entre Estado, iniciativa privada e comunidade em modelo de parcerias para criar novas fontes de financiamento. Essa relação deve ser intermediada pelas organizações não-governamentais (ONGs).

O Bird defende uma política de investimentos, públicos e privados, que privilegie a educação básica. De acordo com a direção do banco, o ensino básico, no qual ocorre a formação geral, técnica e profissional, deve ser encarado como saída para a recuperação econômica e redução dos índices de pobreza. As mesmas mudanças que o governo tentará instalar, o Bird receita para demais países pobres da América Latina, Ásia e África.

Pela prática dos últimos dois anos, o governo brasileiro concorda com a política do Bird. De acordo com o economista Barjas Negri, funcionário do governo, a educação em 1995 consumiu R\$ 28,607 bilhões do setor público, mais R\$ 6,04 bilhões do privado. As escolas pagas atenderam a 7,3 milhões de alunos, cinco vezes menos do que o ensino público. A soma dos setores eleva os gastos para 5,49% do PIB.